

A Favela do Japãozinho: estrutura e condição de vida

Adelci Figueiredo Santos*

José Augusto Andrade**

Osvaldina R. da Cruz Melo***

O crescimento populacional brasileiro, neste século, foi acelerado tendo em vista que 100 milhões de indivíduos se somaram à população já existente. Nos últimos 10 anos, a população brasileira aumentou em 28 milhões. Observou-se, paralelamente, crescente urbanização, pois as cidades passaram a atrair cada vez mais os contingentes populacionais das áreas rurais, impelidos pela necessidade econômica ou pela insatisfação social. Auxiliado pelas informações de amigos ou parentes que já migraram, o trabalhador rural se desloca para a cidade, procura um "ganha-pão", deseja "melhorar de vida". 1.

Habitado ao trabalho agrícola, o homem, geralmente, não tem qualificação para o emprego urbano. Sem salário condizente, sem conhecimento satisfatório, sem estar familiarizado com os padrões de trabalho urbano, a única saída, em muitos casos, é o trabalho marginal, o subemprego. Sem renda suficiente, a opção do migrante é invadir áreas para construir seu teto, uma vez que não pode assumir o aluguel, seja o de uma casa, seja o de um quarto.

O êxodo rural é intenso, o campo se esvazia e as cidades incham. A qualidade de vida urbana decai, pois os problemas vão se ampliando, ao contrário das soluções, sempre morosas retardatárias.

Aracaju, cidade de porte médio, como cidades brasileiras que tiveram crescimento acelerado nos últimos 20 anos, vê sua população de baixa renda passando dificuldades e privações notadamente no que se refere à alimentação e moradia.

A favela do Japãozinho, objeto deste estudo, é exemplo que retrata as péssimas condições de vida da maioria da população, que mora na periferia da cidade.

CONDIÇÕES AMBIENTAIS E MODO DE OCUPAÇÃO

A maioria das invasões e favelas de Aracaju está concentrada na zona norte. De acordo com Katia Loureiro (1983) existiam em Aracaju, no ano de 1980, 11 (onze) favelas, das quais somente 3 (três) - São Conrado, Coroa do Meio e Farolândia - estavam na zona sul². Atualmente já são vinte ou mais³, concentradas no vale do rio do Sal e do riacho do Barro Vermelho. Esse aumento é resultado da implantação de grandes indústrias ligadas ao setor têxtil (Alpargatas, Nortista, Vila Romana) e ao Complexo Químico de Base (Petromisa, Nitrofertil).

Aracaju apresenta grandes áreas de propriedade do poder público, especialmente terrenos de marinha, onde os "sem terra" se fixam. Além dessas áreas, os favelados costumam utilizar os morros de encostas íngremes. Ex: As "invasões" da Coroa do Meio, São Conrado, do Leprosário, da CHESF, bem como a invasão do Japãozinho e muitas outras.

"De toda forma, a favelização constitui uma solução de sobrevivência por representar uma diminuição nos gastos de moradia. Pode ainda, de certa forma, representar uma diminuição no tempo de locomoção e

* Professora Visitante do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da UFS.

** Professor no Núcleo de Pós-Graduação em Geografia

*** Ex-Aluna do curso de Pós-Graduação em Geografia da UFS.

1 - DURHAM, Eunice R. *A Caminho da cidade*. Editora Perspectiva. Coleção Debates, 3ª edição, 1984, pág. 112, cap. 6.

2 - LOUREIRO, Kátia Afonso S. *Trajetória Urbana de Aracaju em Tempo de Interferir*. Aracaju, INEP, 1983, pág. 83.

3 - SANTOS et. alii. *São Conrado: Um bairro periférico da zona sul de Aracaju*. Cadernos de geografia, UFS, n°4, 1987, pág. 2, Aracaju.

4 - KOWARICK, Lúcio. *Exploração Urbana*, cap. 4, Rio de Janeiro. Paz e Terra 2ª edição, 1979, pág. 88.

nos gastos com transportes na medida em que montar um barraco representava um expediente para remediar uma alta”4

A favelização é consequência da rotatividade (mobilidade) da mão-de-obra e dos pequenos salários pagos aos assalariados.

A favela do Japãozinho está localizada em terrenos de antigas salinas, apresenta nível altimétrico abaixo da cota das marés (sizíguas); a cota máxima da maré é de 1,92m e a do Japãozinho varia de 1,25m (próximo à Av. Euclides Figueiredo, porção norte) a 1,75m junto ao sopé dos morros que a circundam, sendo pois sujeita a constantes inundações e alagamentos.

Situam-se na zona norte de Aracaju, no Bairro Lamarão, limitando-se ao norte pelo rio do Sal, a leste pelo morro do alto da Jaqueira, a oeste pelo morro da Creche e ao sul pelo morro da Piçarra (alto da TV Sergipe). O local, um “apicum”, constitui a parte deprimida desta área, bolsão para onde convergem as águas e a poluição dos morros que a circundam, exceto pelo lado norte.

Sua origem está vinculada à presença de alguns pescadores que, nos idos de 1970 (fase da expansão acelerada de Aracaju), descendo a antiga estrada do Engenho Velho, atingiram o rio do Sal, e construíram barracos no local dos antigos tanques das salinas, então existentes.

Antes da ocupação pelos antigos salineiros, uma vegetação de mangue sapateiro dominava a área. A partir da década de 1920, a vegetação foi derrubada e aí construídos tanques para decantação de sal (salinas); na década de 1940, a produção de sal do Estado entra em crise, as salinas do rio do Sal em Nossa Senhora do Socorro e Aracaju vão sendo desativadas. Em 1970, a produção de sal está, praticamente, encerrada em Sergipe.

As salinas do atual Japãozinho foram desativadas por volta de 1961, reconstituída a vegetação dos mangues. Porém as árvores não apresentavam porte superior a 2m de altura. Com a invasão a vegetação foi totalmente

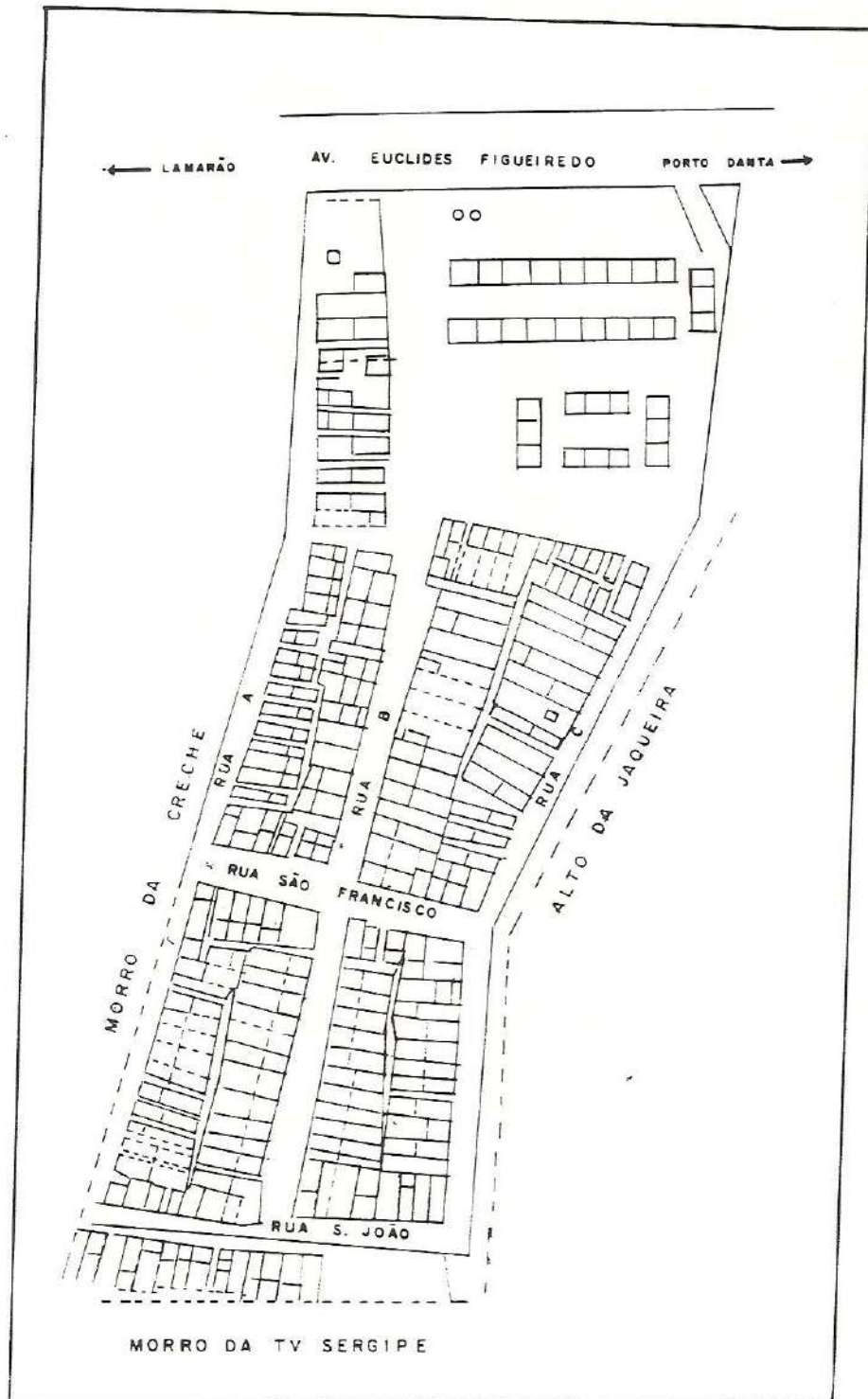
derrubada para dar lugar aos barracos. É fácil compreender as péssimas condições de salubridade em que vivem os moradores, sujeitos a inundações durante as marés altas. No período invernos, de abril a agosto, as águas descem encosta abaixo e convergem para o canal que corta a favela e aí se acumulam devido à baixa vazão dos bueiros que foram colocados sob a Av. Euclides Figueiredo. Vários moradores falam do drama que passaram durante as chuvas de junho de 1987, quando toda a população ficou em pânico, “as águas subindo, a maré enchendo e as casas sendo inundadas”. As águas atingiram mais de 1m de altura e foi necessário a ação dos bombeiros que demoliram metade da pista da Av. Euclides Figueiredo e desobstruíram os bueiros existentes para dar vazão às águas acumuladas.

Os entrevistados afirmam que, “na construção de uma moradia, o aterro tem que ser superior a um metro” o que torna a construção onerosa; esse aterro livra a casa da ação das marés e das enchentes, mas deixa todos ilhados porque as ruelas ficam alagadas.

A malha da invasão, hoje uma favela, é caracterizada pela existência de três ruas no sentido norte-sul, de traçado muito irregular, sendo que a rua A, conhecida como rua do Arame, tem em alguns trechos menos de 2m de largura; a rua B, rua do canal só é transitável com dificuldades pelas improvisadas calçadas e, a rua C, antiga rua da Frente, é a única que permite o trânsito de veículo, mesmo assim em condições difíceis, em face da presença de sulcos e de esgotos a céu aberto.

No sentido leste-oeste têm-se quatro ruas: rua da frente (Av. Euclides Figueiredo), rua da Praça, rua São Francisco e rua São João, sendo que está última se encontra parcialmente calçada a paralelepípedo, da rua C à rua B. Completa essa malha um grande número de vielas e becos que interligam os “cortiços” e “vielias” às ruas citadas, de 1m, 1,20m e no máximo 2m de largura. Os lotes possuem, em média, 5m de frente enquanto que de fundo atingem no máximo 11m. Um fato que merece destaque é o tamanho

FIGURA 1



PLANTA DA FAVELA DO JAPÃOZINHO

dos lotes, é variado, mas os menores estão sempre voltados para as ruas A, B, C. Observação "in loco" nos mostrou que os lotes maiores são na verdade vilas ou cortiços. (fig. 1)

A cota abaixo do nível das marés altas e a presença do canal cortando a favela têm sido a justificativa dada pelos órgãos públicos para a não implantação de um sistema de drenagem, como também para o não calçamento das ruas, pois tais serviços nestas condições, requerem vultosos investimentos.

Desta maneira as enchentes continuam, o trânsito dentro da favela é deficiente, para não dizer impraticável, mesmo para os moradores que são obrigados a fazer travessias sobre lamaçais e valas por onde escorre todo tipo de dejetos. Atravessar o canal só é possível pela rua da Frente (Av. Euclides Figueiredo) ou pela rua de São Francisco. Até 1980, o acesso para o Japãozinho era exclusivamente através do Alto da Jaqueira, pela estrada do Engenho Velho, um caminho lamacento e cheio de buracos que impossibilitavam o trânsito de veículo durante vários meses do ano. Em 1982, foi construída a Av. Contorno Norte, atual Euclides Figueiredo, integrante do Anel Viário de Aracaju, que interliga todas as comunidades da zona norte à porção central e sul da cidade. Embora já existisse essa via de excelentes condições, nenhum morador do Japãozinho possui automóvel, marca que caracteriza o baixo poder aquisitivo dos moradores, sendo todo transbordo ou toda locomoção feita através de bicicleta, ônibus coletivo e caminhões de empreiteiras.

Os barracos são construídos, em sua maioria, de taipa ou papelão, o piso em chão e a cobertura de plástico, zinco ou telha. Apesar do projeto, "desfavelamento" ter sido iniciado em 1982, muitas propostas foram elaboradas objetivando a melhoria das áreas faveladas. Durante as eleições de 1986, o projeto "Desfavelamento" introduziu melhorias na favela que, sob a forma de mutirão, substituiu as coberturas de palha e papelão, bem como as paredes anteriormente feitas com materiais de resto de construções. Hoje as

moradias são de adobe (23,38), ou de alvenaria (63,48), com cobertura de telhas de cerâmica e amianto, existindo ainda 13,38 de madeira.

Quanto ao número de cômodos das moradias, depende das condições de cada ocupante. (tabela 1).

TABELA 1
Nº DE CÔMODOS DAS MORADIAS

Nº de cômodos	%
1	3,3
2	26,6
3	46,5
4	20,3
5	3,3

Fonte: Dados obtidos através da aplicação dos 60 questionários

Verifica-se que quase 50% das habitações têm apenas 1 sala, 1 quarto, e uma cozinha o que é insuficiente para famílias de prole numerosa. Na antiga praça e do outro lado da pista foram construídas casas e doadas a novos moradores cuja seleção era sempre feita pelo critério do apadrinhamento político. Em agosto de 1986 existiam, no Japãozinho, cerca de 315 moradias, que abrigavam em torno de 2.000 pessoas.

O desfavelamento ficou reduzido à melhoria dos barracos existentes, não levando em conta os requisitos necessários à melhoria do padrão de vida: saneamento básico, água, esgoto, escola, drenagem etc.

A FAVELIZAÇÃO E O PROCESSO MIGRATÓRIO

Entre 1940 e 1980, o percentual da população urbana brasileira passou de 31,2% para 67,6%, invertendo, assim a posição em relação à área rural. Em Sergipe, essa tendência é também verificada, pois o percentual em 1940, de 30,6% passa, em 1980, para 54,2% o que representa contingente de 617.796 habitantes urbanos. (Tabela 2).

A urbanização não ocorre de forma homogênea em todo Estado em face da inexpressividade da maioria

dos centros interioranos. Aracaju, a capital, é a principal beneficiada, pois, em 1940, sua população urbana representava 9,3% do total de Estado

em 1980 essa participação eleva-se para 25,3%, isto é um quarto da população sergipana passa a viver na Capital. (Tabela 3).

TABELA 2
Sergipe - População por domicílio 1940/1980

ANO	ÁREA URBANA	%	%DE CRESCIMENTO	RURAL	%	%DE CRESCIMENTO	TOTAL
1940	166,241	30,6	-	376,085	69,4	-	542,326
1950	204,984	31,6	23,3	439,377	68,2	16,8	644,361
1960	295,929	39,3	44,4	464,344	61,7	5,7	751,778
1970	415,415	46,1	40,4	485,329	53,9	4,5	900,744
1980	617,796	54,2	46,7	522,325	45,8	7,6	1,140,12

Fonte: INEP, Anuário Estatístico de Sergipe, 1976, 1982

TABELA 3
Aracaju - População Urbana
1940 / 1980

ANO	Habitantes	% Crescimento	% em relação ao Estado
1940	50,306	-	9,3
1950	57,539	43,2	10,5
1960	112,516	66,6	15
1970	179,276	59,3	19
1980	286,934	60,6	25,3

Fonte: INEP, Anuário Estatístico de Sergipe, 1976, 1982.

Em 1988, não é exagero afirmar que, em Sergipe, um terço de sua população vive em Aracaju. Com isso ela sofre os mais variados problemas, sendo os mais graves, dentre tantos, a deficiência do saneamento básico, do sistema de transportes coletivos, dos serviços de saúde e abastecimento, de atendimento escolar e, sobretudo, a falta de moradia, cujo déficit é estimado em torno de 50.000 unidades, cifra que está a exigir providências rápidas e eficazes a fim de evitar conflitos violentos e conseqüências imprevisíveis para todos. Em face de luta que se trava na cidade entre os "donos de terrenos" e aqueles que procuram um teto ou mesmo um simples pedaço de terra onde possam erguer, com qualquer material, um barraco para abrigar-se ou mesmo "se esconder".

Levando-se em consideração que Aracaju continua a se expandir as "invasões" e favelas vão se revitalizando "como solução para compatibilizar os poucos ganhos com os custos de transportes e moradia"⁵, muitas delas foram originadas em ambientes aproveitando-se dentre outras vantagens aquilo que a sua localização pode proporcionar em termos de acesso aos locais de trabalho.

O crescimento das favelas é contínuo, observando-se que à crise econômica que o país atravessa tem proporcionado acentuada queda na qualidade de vida da maioria da população. Por sua vez, o próprio processo de industrialização do Estado, concentrado na Grande Aracaju não tem conseguido gerar empregos suficientes à demanda da classe trabalhadora.

As famílias que moram na "invasão", em sua maioria realizaram constantes deslocamentos. De acordo com o último local de residência, podemos agrupá-las em três tipos de migrantes: a) o primeiro, intra-urbano, representando 67% da amostra, é constituído por indivíduos vindos do interior do Estado com passagem por bairros de Aracaju: Cidade Nova (22%), Industrial (18%), Santo Antônio (18%), Santos Dumont (9%), Porto Dantas (9%), Siqueira Campos (9%), América (3%), Olaria (3%), Lamarão (3%), Dezoito do Forte (6%), todos na parte nor-

te da cidade. São pessoas que foram atraídas por melhores salários, trabalho ou educação para os filhos e que diante da falta de expectativa em conseguir o emprego desejado são levadas a ocupar pequenos cômodos em áreas de baixa renda ou invadir terrenos. O pagamento de aluguel é problema a enfrentar e adquirir um lote ou barraco é tarefa quase impossível. Resta "ocupar" espaços vazios dentro do tecido urbano, mesmo sabendo que mais cedo ou mais tarde será expulso. Diante da pobreza e da incerteza os "sem teto" constroem barracos que vão sendo melhorados à medida que a renda vai aumentando ou quando o temor de expulsão diminui. Há os que recebem ajuda de políticos interessados nos votos, sobretudo nos anos de eleições. (Figura 2).

O segundo tipo b) intra-estadual, constitui 26%, sendo representado por indivíduos oriundos diretamente da área rural ou das sedes municipais da porção centro e nordeste do Estado. (Capela, Neópolis, Gararu, Nossa Senhora das Dores, Malhador, Maruim, Laranjeiras, Ilha das Flores, Barra dos Coqueiros, Campo do Brito. São famílias que foram castigadas pela seca, pela concentração das terras nas mãos de uma minoria ou pela expansão da pecuária, atividade que libera mão-de-obra. A lavoura da cana-de-açúcar, que não necessita de muitos braços, devido ao elevado índice de mecanização, só oferece trabalho nas épocas de "pique" (corte e plantio), o que transforma os trabalhadores rurais em volantes ou "bóias-frias". Sem emprego fixo e desemprego grande parte do ano, resta ao trabalhador migrar para a cidade grande, cheio de esperança, em busca de trabalho para manter a família. Esse tipo de migrante é o que mais sofre, pois o despreparo para o trabalho urbano o marginaliza. A desestruturação familiar é dura realidade. Há casos em que o pai, desiludido da vida encontra refúgio no álcool, abandona a família, as filhas se prostituem e a esposa, para sobreviver, tra-

5 - TASHER, Susana Pasternack, Favelas, Fatos e Políticas. In: Espaço e Debates, ano VI, 1986, pág. 82.

balha como doméstica, gari, lavadeira, faxineira, assumindo o papel de chefe da família. (Fig. 3).

O terceiro tipo, c) intra-estadual, compreende 7% dos migrantes e é formado por indivíduos vindos do Estado de São Paulo e da Bahia, cujas condições se assemelham ao primeiro tipo de migrante.

CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DA FAVELA

O Japãozinho, como a maioria das favelas, apresenta características bem marcantes dos espaços periféricos das cidades dos países subdesenvolvidos. Famílias numerosas, variando de 5 a 12 pessoas, cujos chefes se encontram sempre desempregados ou subempregados. Precárias condições de higiene e salubridade evidenciam que viver nessas áreas é questão de sobrevivência e não de opção. Quando perguntamos se a favela é bom lugar para morar, 53% responderam afirmativamente, justificaram que ela fica perto do trabalho e do comércio, é melhor do que morar no interior (16,7%), ter casa (25%) etc. A proximidade dos locais de trabalho evita perda de tempo e de dinheiro na locomoção. Tabela 4.

TABELA 4

Motivos que fazem da favela bom lugar

MOTIVOS	%
Proximidade do trabalho e do comércio	26,6
Ter uma casa	25
Melhor que o interior	16
Tranquilidade	15
outros	16,7

Fonte: Dados obtidos através da aplicação de 60 questionários.

Os 47% que julgam que a favela é lugar ruim alegam problemas relacionados às enchentes e à falta de água encanada (30%), insalubridade (16%), falta de condições para morar em lugar melhor (54%). Pode-se afirmar, as-

sim, que a posse da casa, mesmo sem titulação definitiva, é dos mais importantes motivos para permanecer na favela.

No Japãozinho todos os entrevistados são donos de suas moradias.

Os chefes de família sem qualificação e tendo em vista a concorrência do mercado de mão-de-obra, só encontram trabalho em atividades braçais, tais como pedreiro (18,6%), faxineiro e doméstica (20%), sem falar no grande número de aposentados (21,7%). Os demais são constituídos por bombeiro, bodegueiro, carroceiro (9,5%).

Quanto à renda do chefe da família, verificamos que (51,7%), percebem até um salário, o que demonstra a grande dificuldade, porque vivem a população desta área, enquanto (28,3%), recebem de 1 a 2 salários e somente (1,7%), ganham entre 2 a 3 salários. Os restantes, (18,3%), são desempregados ou inválidos, não tendo rendimento.

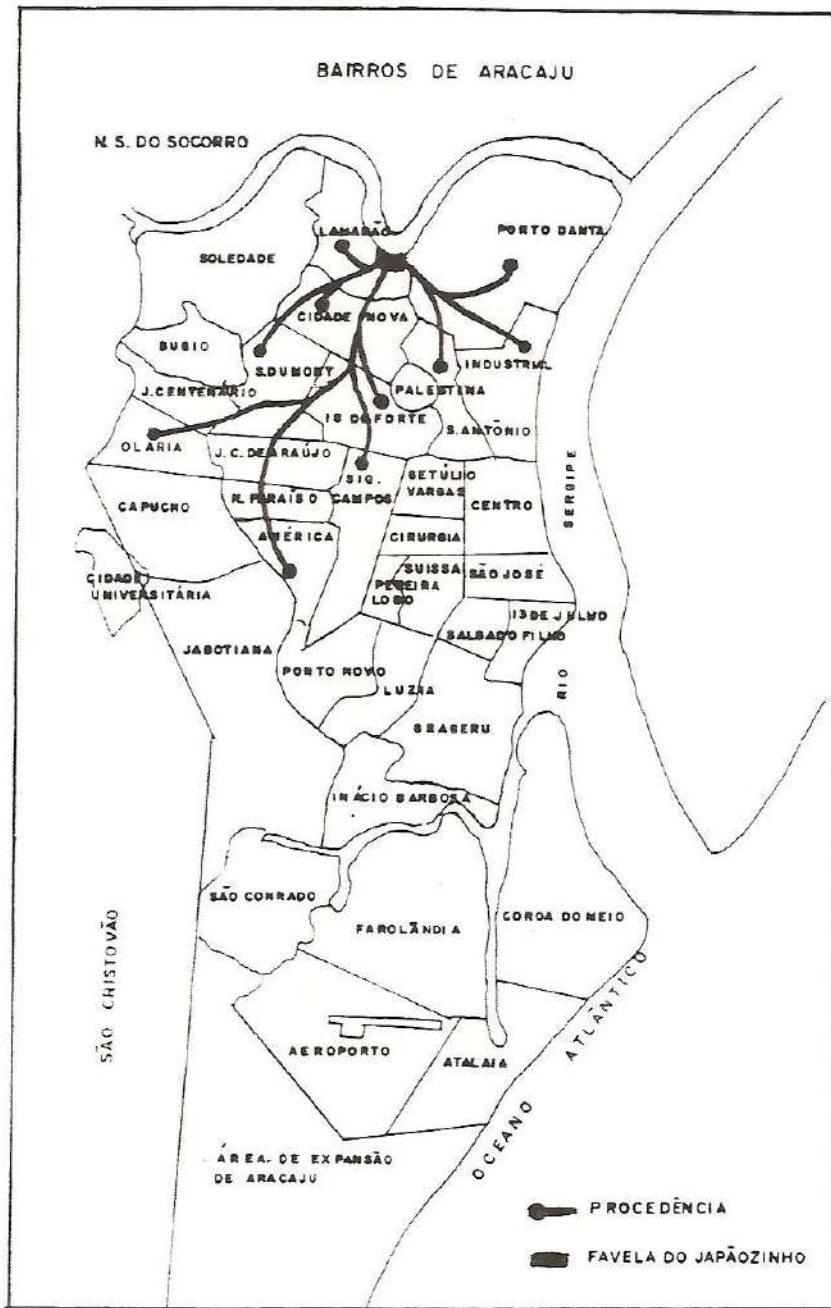
A REALIDADE EDUCACIONAL DA INVASÃO

Muito se tem escrito sobre a problemática brasileira e várias são as diretrizes e sugestões que minimizam um dos mais sérios e contraditórios problemas no nosso país, a educação.

Os diversos segmentos da sociedade têm realizado amplos debates, visando detectar as falhas e as deficiências do nosso sistema educacional, entretanto, as ações previstas na área não correspondem às expectativas da sociedade, que deseja mudanças profundas na política educacional.

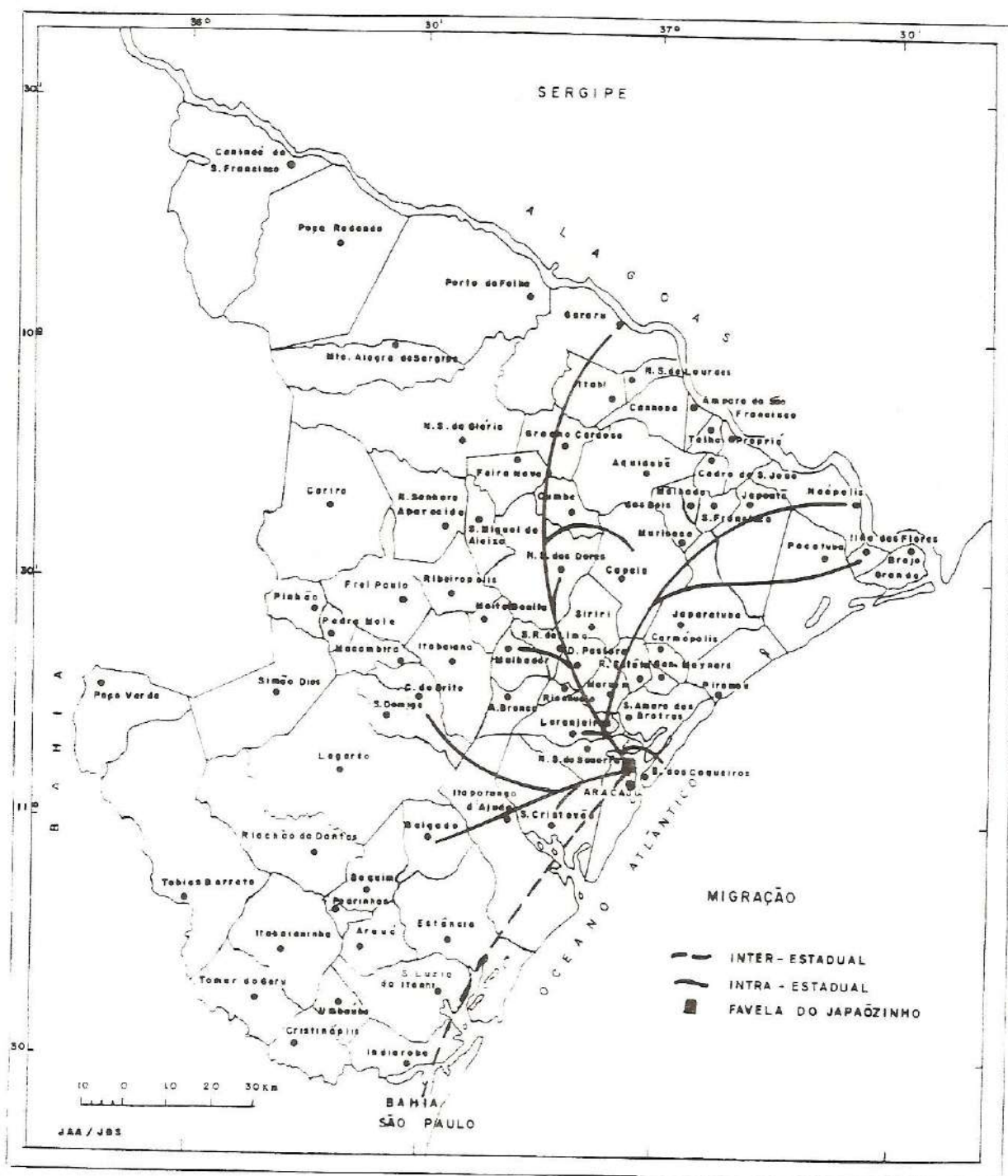
O quadro real da situação educacional do Brasil é de extrema preocupação, uma vez que as reformas não têm levado em consideração o conjunto das dificuldades vivenciadas pela maioria da população de baixa renda, como sejam: número insuficiente de estabelecimentos públicos para atender à população escolarizável, falta de recursos para aquisição do material escolar, distância das unidades educacionais em relação ao local de moradia, a falta de verbas, currículos distanciados da realidade, escolas mal equipadas, desqualificação do ensino em

FIGURA 2



MIGRAÇÃO INTRA-URBANA PARA O JAPÃOZINHO

FIGURA 3



todos os níveis, falta de professores e os baixos salários. Tudo isso retrata a situação da educação do país, reflexo do próprio modelo de desenvolvimento e das desigualdades sociais existentes.

O fato de grande parcela da população estar submetida a pressões da sociedade capitalista dificulta a falta de acesso não apenas aos serviços educacionais, como também os próprios meios de sobrevivência e isto tem repercutido nos baixos níveis de rendimento escolar, com expressivos índices de analfabetismo, repetência e evasão, principalmente no 1º grau. Apenas um pequeno contingente populacional usufrui dos privilégios de uma educação qualificada, detentores que são do poder econômico.

A realidade educacional dos moradores da "Favela do Japãozinho" é uma reprodução das conseqüências oriundas do modelo de desenvolvimento brasileiro, onde a educação não é considerada como fato prioritário à melhoria da qualidade de vida do ser humano. O nível de educação na favela reflete a situação de subdesenvolvimento em que vivem esses seres humanos oprimidos, resultado de um sistema sócio-político-econômico desuma-

Podemos observar o nível de instrução da população na favela do Japãozinho, através da Tabela 5.

TABELA 5
Percentual do Grau de Instrução

Grau de instrução	Pai (%)	Mãe (%)	Filho mais velho (%)
Analfabeto	25,5	22,8	15,4
Assina o nome	32	35,1	18
Prim. incompleto	25,5	24,6	28,2
Prim. Completo	17	17,5	28,2
2º Grau incompleto	-	-	5,1
2º Grau completo	-	-	5,1

Fonte: Pesquisa de campo.

Constatou-se que (25,5%), dos pais são analfabetos ou têm o primeiro grau incompleto, enquanto (32%), assinam o nome, e (17%), possuem o primário completo. É fácil entender porque os chefes de família não conseguem, em sua maioria, ser absorvidos em empregos melhor remunerados, ficando grande parte deles engajados no setor informal, fazendo biscates para sobreviver.

As mães que assinam o nome são em número (35,1%), superior ao marido ou companheiro, seguido das que têm o primário incompleto (24,6%), analfabetas (22,8%) e (17,5%) possuem o primário completo, percentual esse que se equipara ao homem. Os pais não possuem o segundo grau, demonstrando as dificuldades de tempo ou de condições físicas após um dia de luta pelo ganha pão. As mulheres deixam de estudar para cuidar da casa e dos filhos. Quanto ao filho mais velho, que na maioria das vezes, ajuda a completar a renda familiar, (28,2%), deles já têm o primário completo ou incompleto, (18%), assinam o nome e (15,4%), são analfabetos. Isso reflete as condições da família que exige dos filhos sua integração no mercado de trabalho ainda jovens.

A população em idade escolar (67%), procura estabelecimentos da rede estadual, porque os pais não podem arcar com o pagamento da anuidade, além do mais as escolas estaduais situam-se próximas do local da residência como é o caso das Escolas Clodoaldo Alencar no Alto da Jaqueira, Ivo do Prado no 18 do Forte e Lourival Fontes no bairro Santo Antônio. É bom frisar que na favela não existe escola; não é sem razão a luta que vem se processando, a nível nacional, em favor da escola pública e gratuita, fato que se tornou uma bandeira, tendo em vista os altos preços cobrados pela escola particular que inviabiliza o acesso da população de baixa renda a este siste-

ma. Somente os que podem pagar têm condições de frequentar escolas que oferecem melhor formação. Razão tem Mota quando assim se expressa:

“Para os que vêm das classes baixas, a escola é a possibilidade de ascensão e é também a possibilidade de aprender a tirar benefícios que a ordem estabelecida oferece.”⁵

Nessa luta desigual para melhorar o nível de educação, fica mais uma vez constatado que nas áreas de baixa renda, sejam urbanas ou rurais, a população escolarizável que se encontra nas escolas públicas, é atraída pela merenda escolar. No Japãozinho constatou-se que 35,1% frequentam a escola por esse motivo, 21,6% por gostarem da professora e de brincar e somente 2,7% gostam das aulas. Tabela 6.

TABELA 6
De que mais gosta na escola

Respostas	Nº	%
Merenda	13	35,1
Professora	8	21,6
Brincar	8	21,6
Nada	4	10,08
Colegas	3	8,1
Aulas	1	2
TOTAL	37	100,0

Fonte: pesquisa de campo

Constata-se, assim, a falta de atrativo da escola, a ausência de conscientização tanto dos pais como da clientela estudantil, reflexo de um modelo econômico desumano e de uma política educacional descomprometida com as classes sociais menos favorecidas. Esquecem que a educação é o principal veículo para levar a Nação ao desenvolvimento. Com relação ao material escolar, observou-se que 60,9% o possuem por ter sido doado pela escola através da Secretaria da Educação, enquanto 29,2% haviam comprado e 9,7% utilizavam através de empréstimo de colegas. Material esco-

lar, para a clientela pesquisada é o caderno (38,5%), lápis borracha (35,8%) e livro (25,5%).

Sem preparo e sem qualificação, o favelado não pode almejar bom emprego, pois a escola não lhe garante formação adequada nem consegue transmitir os conhecimentos necessários que leve a lutar pelo direito de ser útil à sociedade e a participar do processo produtivo, contribuindo para o desenvolvimento do país.

O processo de alienação é tão profundo e a falta de conhecimento tão marcante que, perguntado aos pais qual a profissão que desejam para os filhos, 50% responderam médicos, engenheiros, professores, e 26,6% apenas algo melhor, demonstrando a falta de coerência, uma vez que estas profissões exigem além de tempo, preparo adequado e condições econômicas.

CONCLUSÃO

O Japãozinho é constituído por população de baixo poder aquisitivo; é dependente do atendimento das instituições assistenciais, pois os salários não são suficientes para atender às necessidades básicas responsáveis pela sobrevivência. A favela apresenta dificuldades no que tange a emprego, educação, transporte, higiene, saneamento básico e lazer.

A falta de drenagem, sistema de esgoto, água encanada, calçamento vêm se constituindo em graves problemas que afetam diretamente a comunidade, pois o projeto Desfavelamento só contribuiu para a reforma e construção das habitações, não se preocupando na implantação de melhor infraestrutura, o que levaria à melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes, uma vez que as condições precárias do ambiente induzem à proliferação de moléstias como a verminose, sarampo, difteria, que os levam muitas vezes à perda de vidas.

⁵- Mota, F. C. Prestes, as Organizações Burocráticas e a Sociedade. Cortez & Morais, CEDES, ano I, nº 4, set/79.

Embora se evidencie a presença de serviço médico-odontológico através de postos da Prefeitura, bem como seja oferecido pelo Governo do Estado um "sopão", verificou-se que o atendimento médico é executado de maneira precária em face de carência de equipamentos e medicamentos.

A atuação da medicina na favela quando muito é paliativa.

Quanto ao "sopão", vem ele minorar o grau de subnutrição existente. Ataca-se a fome sem contudo oferecer-se o emprego, gerando dessa maneira um ciclo vicioso e dependência: tenta-se curar a doença sem prevenir as causas que a originam.

O processo migratório é contínuo e intenso, expandindo-se a cada dia o número de moradia na favela, com novos ocupantes. Como o espaço é reduzido, e para evitar o surgimento de mais cortiços e becos, grupos de famílias foram deslocados para o lado da avenida, gerando uma nova invasão que poderá transformar-se em pouco numa favela, cujas condições ambientais são mais críticas.

O nível de instrução é precário, o índice de analfabetismo é alto, resultando de uma luta desigual em que a classe de baixa renda não tem as mesmas oportunidades de atingir as condições necessárias para se engajarem ao sistema produtivo. A procura da escola pública, estadual ou municipal

(91,4%) demonstra que é o único meio de minimizar as deficiências do seu próprio sistema socio-econômico e é a merenda escolar o grande atrativo pois é a fome da comida e não do saber o objetivo principal do grupo.

Quanto ao material escolar, (60,9%), possuem doados pelo governo através da Secretaria do Estado da Educação e da Cultura, mesmo assim, caderno, lápis e borracha, pois somente (25,8%), têm um livro didático. Ficam patenteado mais uma vez o grau de dependência da classe de baixa renda ou mesmo "sem renda", fruto de um processo social desigual.

É chegado o momento em que o governo tem que se preocupar em evitar a proliferação dessas áreas, poluídas econômica e socialmente, tentando através das oportunidades de trabalho, da presença de uma infraestrutura mais condizente, da implantação de escolas ajustadas à nossa realidade. Reduzir a formação de grupos cada vez mais marginalizados pela sociedade. Com isso, evitar-se-ia o surgimento de "seres marginais" que, impulsionados pela fome, pela descrença nas entidades e nos homens, pela impunidade dos mais bem aquinhoados pela sorte, esses seres transformam-se em verdadeiras "feras" fabricadas por uma sociedade tão desigual que lhes nega trabalho, salário, educação, habitação, saúde e lazer.

BIBLIOGRAFIA

DURHAM, Eunice R. A Caminho da Cidade. Ed. Perspectiva, Coleção Debate, 3ª edição, cap. 6.

INEP, Anuários Estatísticos de Sergipe, 1976, 1982.

KOWARICK, Lúcio. A Espoliação Urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª edição, 1979.

LOUREIRO, Kátia Afonso S. A Trajetória Urbana de Aracaju em Tempo de interferir. Aracaju, INEP, 1983.

MOTA, F. C. Prestes. "As Organizações Burocráticas e a Sociedade". In: Educação & Sociedade. Cortez & Moraes, CEDES, ano I, nº 4, set/1979.

SANTOS et alii. São Conrado, um bairro periférico da zona sul de Aracaju, Cadernos de Geografia, UFS, nº 4, 1987.

TASCHER, Susana Pasternack. Fave-

las, Fatos e Políticos. In: Espaço & Debates, ano VI, 1986.

ABSTRACT

This paper comprises a study of the Japãozinho slum, which is located on the northern part of Aracaju city, in the Lamarão Neighborhood. This is an old salt-works area, being utilized by a very low income migrant population, which there arrived looking for home and labor.

The area, located in low lands, is frequently flooded when the effects of tide and rains work together. The floods destroy hovels and part of the utensils of this poor population.

The houses and shanties change according to the general income level of their dwellers most part of them has no more than three rooms and the majority of the families earns only a minimum wage per month, which creates a very difficult survival condition.